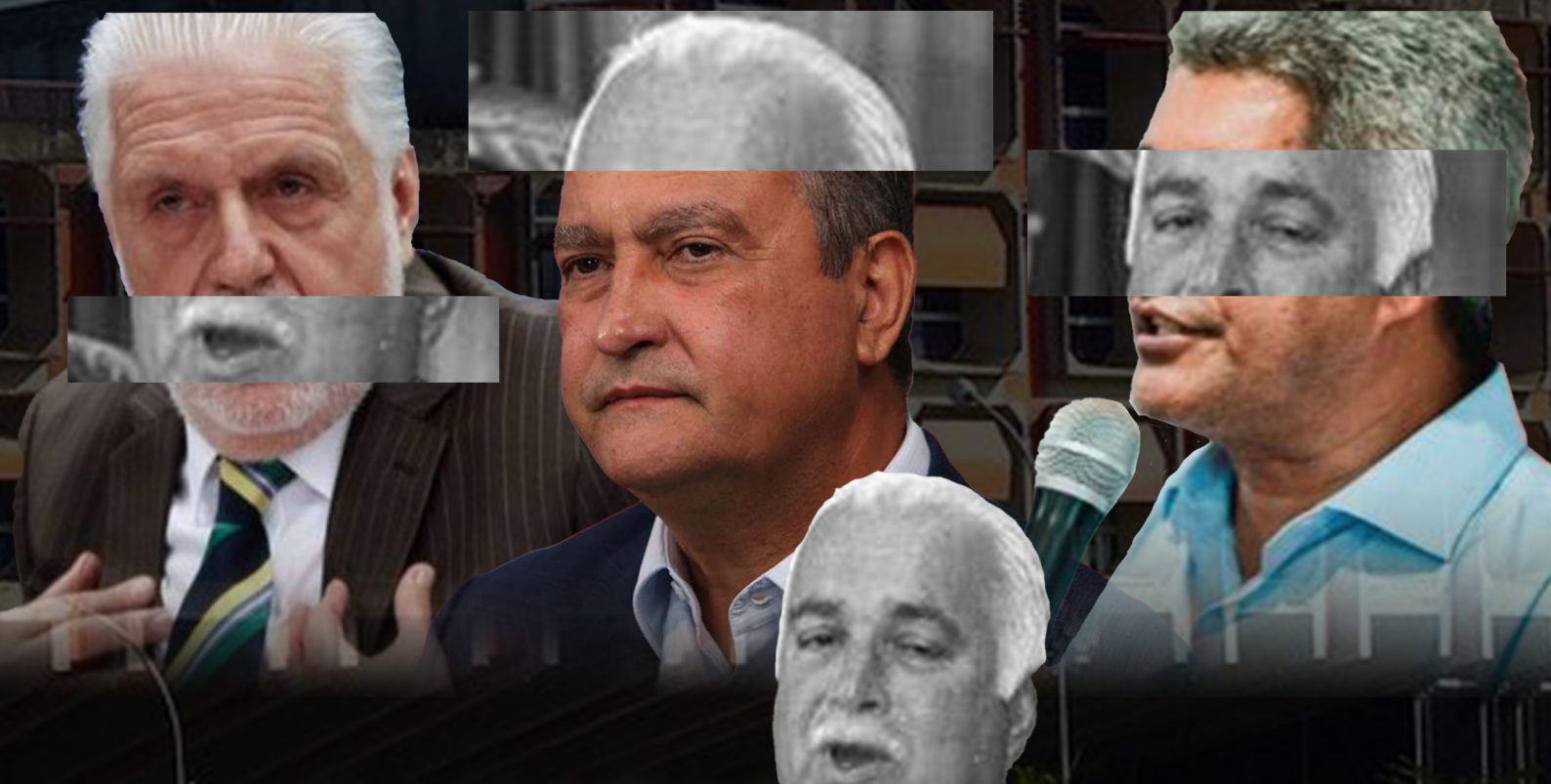


O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO



**O GOVERNO DA BAHIA E A OPÇÃO
PELA PEQUENA POLÍTICA**

PG.2

**O LEGADO DA MINERAÇÃO DE
SAL-GEMA EM MACEIÓ**

PG.4

**A DISPUTA PELO
ESSEQUIBO**

PG.6

**ÉDISON CARNEIRO
(1912-1972)**

PG.8

**QUEM TEM MEDO DA CLASSE
TRABALHADORA?**

PG.11

**QUANDO A MEDICINA E A PSICOLOGIA
ENTRAM NA ESCOLA**

PG.13

**ILHA DE MARÉ: DOS POSSEIROS AOS
GRILHEIROS - O QUE FAZ O ESTADO?**

PG.15

**FOTOGRAFIA
MARGINAL**

PG.17

O GOVERNO DA BAHIA E A OPÇÃO PELA PEQUENA POLÍTICA



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Milton Pinheiro

Ao final do décimo sétimo ano do governo de coalizão burgopetista na Bahia, temos dados suficiente para construir uma análise sobre o jeito petista de governar. Algumas questões se colocam como balizas para entender esse longo processo de governança.

Qual foi a ruptura na forma de governo que Jacques Wagner, Rui Costa ou o continuísta Jerônimo Rodrigues operaram na liderança do poder executivo em relação aos governos da família Antônio Carlos Magalhães? Em qual horizonte opera a metodologia da partilha de governo nesses 17 anos? Qual a forma de executar o orçamento e em que rumo ele se efetiva? Como se estabeleceu a relação como os movimentos populares e o movimento sindical do setor público nesse período? O planejamento é dirigido para ser realizado em qual perspectiva? Como agem as forças de segurança da Bahia? Existem balizas do ponto de vista de uma política progressista do governo que é apresentada para o povo da Bahia? Por fim, mas não por último, como se realiza o papel político das forças petistas no comando do estado?

Há 17 anos, uma coalizão de conformação fisiológica e perfil de centro direita governa a Bahia. Os três chefes do poder executivo em questão (Wagner, Rui e Jerônimo) operaram e opera uma lógica de continuidade em relação as estruturas políticas e econômicas formadas e comandadas pelo chefe político de província, o então Antônio Carlos Magalhães, que, em seu tempo histórico, tinha grande repercussão nacional e forte carisma popular.

O petismo de governo não tem nenhuma diferença político-administrativa da forma carlista de governar. Pelo contrário, aperfeiçoou o sistema de forma conservadora para atingir seus objetivos no sentido de se manter no controle do aparelho de Estado sem precisar fazer enfrentamentos políticos bruscos ou acenos progressistas para as massas populares. Nesse período a coalizão burgopetista não fez nenhuma inflexão na política. Contudo, uma nota de rodapé se faz necessária: embora sem nenhum carisma e prestígio densamente popular, Rui Costa manteve o mesmo grau

de truculência política e arrogância no exercício do governo que o “filhote” da ditadura, ACM, o velho.

Sob a liderança desses três personagens do petismo baiano, diga-se de passagem, uma sucursal muito degradante da matriz nacional, manteve-se a lógica de governo pautada na aliança construída a partir dos votos e influência que cada liderança mantém na pequena política (quantas prefeituras, votos e regiões eleitorais que o chefe parlamentar mantém), estruturas de saúde, educação e estradas para a propaganda do governo poder divulgar, todavia, sem maior capacidade de exercer sua finalidade precípua.

A partilha do governo se mantém na lógica bizantina dos currais, que termina por fortalecer o que tem de pior na política da Bahia, a exemplo do vereador de província que o petismo elegeu senador da República, que no senado age como porta voz da direita e na Bahia chantageia com bastante sucesso os três porquinhos do comando.

O orçamento estadual tem sido construído e gerido pela lógica da escorcha tributária para o conjunto dos setores médios da população, arrocho salarial sem precedentes aos trabalhadores do serviço público, benefícios fiscais em profusão via anistia e isenção para nichos do mercado e um garrote “fiscalizador” para impedir que o orçamento seja executado de forma autônoma, gerando imensos contingenciamentos e cortes durante o exercício anual.

Não existe na Bahia, autonomia para execução orçamentária nem em autarquias, como as universidades públicas (UNEB, UESB, UEFS e UESC). Pelo contrário, tudo depende da aprovação das secretarias da fazenda e administração, algo que, em alguns casos, nunca tivemos anteriormente (regime de trabalho, promoção, etc.).

O orçamento do estado está sendo gerido para o tripé básico dos últimos 40 anos: obras sem compromisso com a finalidade social (mas com forte poder de atração política dentro da coalizão e cooptação de novos comensais), isenção fiscal para empresas do



complexo da articulação política e pagamento religioso do dízimo da dívida pública. É nessa perspectiva que o orçamento é dirigido, tornando-se autocrático e antissocial.

Não existe relação de audição do governo com os movimentos populares, a operação política do governo passa por ações que agem no sentido da cooptação e da distribuição de pequenas políticas sociais focalizadas. No serviço público, a relação do governo com o movimento sindical é de truculência política, mesmo com categorias enormes, como a dos professores da rede básica. As demais não são recebidas e muito menos ouvidas. O arrocho salarial e a ampliação do controle do estado sobre os trabalhadores públicos são os eixos estruturantes que indicam essa relação.

O planejamento na lógica de governo e Estado é construído para operar a renovação dos mandatos da coalizão burgo-petista na Bahia. Nesse sentido cabem algumas indagações: qual é o papel de futuro da educação básica? O que se pensa em conjunto com as universidades estaduais para agir densamente na perspectiva de uma extensão, ensino e pesquisa que mude o eixo das oportunidades no estado da Bahia? O que é articulado pelo governo no sentido de tirar a população da fila da morte na regulação da saúde? Sem falar do plano comercial de saúde, pago e sem inadimplência, que é o Planserv, executado pelo governo que cada dia mais o conjunto do funcionalismo público tem menos atendimento.

Nesses 17 anos, a Bahia tem se notabilizado por “formar” forças de segurança retrogradadas e com perfil violento na ação pública. A conduta operacional da PM, com aplausos desses governadores, em especial com o de Rui Costa, agiu de forma truculenta e letal sobre populações pobres e pretas das mais diversas periferias, criminalizando a condição dessas pessoas no estado.

A retórica discursiva do governo sobre a segurança pública

estadual tem engrandecido o agente da truculência, responsabilizado a família e a justiça, e colocado toda a culpa na questão das drogas, quando, em verdade, o governo não tem nenhuma forma séria de examinar o que se passa com essa situação. O governo e seus representantes terminam por fazer uso de uma retórica muito comum ao discurso da extrema-direita no Brasil.

Tendo em vista que o comando do governo nesses últimos 17 anos é de lideranças do PT, fica uma questão talvez superada, mas instigante: existe algum aceno progressista no discurso para o conjunto da população que permita uma visão de luta pela transformação social e de combate às forças da extrema direita? Não encontramos essa postura.

O discurso da coalizão burgo-petista adicionou o evangelismo ao remeter a deus a resolução dos problemas (“se deus quiser...”), a educação é uma questão moral, as reacionárias escolas militares proliferam na Bahia, a questão da segurança pública é um caso de polícia, etc. Não existe nenhum aceno progressista na ordem do Estado que possa pensar uma outra forma de resolver os problemas públicos e avançar em um projeto de diferenciação social. Portanto, não existem eixos estruturantes minimamente progressistas na ação do governo do estado da Bahia que sejam apresentados ao povo.

O papel político das forças petistas na Bahia é indelevelmente marcado pela reafirmação do pacto burgo-petista, que orienta o pragmatismo necessário para vencer eleições e que continua executando a mesma política anacrônica que tem marcado a forma do poder político nos últimos 40 anos. Esse papel executado pelo petismo de governo reafirma a lógica da pequena política no balcão de negócios do estado da Bahia. No momento, sem nenhuma perspectiva de mudança, como cantava Caetano Veloso, “Triste Bahia, oh, quão dessemelhante”.



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição*

Cheyenne Ayalla, Cristiano Feraz, Gonçalo Alves, João Pedro Oliveira e Paulo Nascimento

Jornalista responsável
Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação
**Bernardo Ramos, Guilherme Corona,
Milton Pinheiro e Rômulo Caires**

Editor
Rômulo Caires

Diagramação e Capa
Guilherme Corona

Revisor responsável
Bernardo Ramos

* Os textos dos colaboradores não refletem necessariamente a opinião do Conselho de Redação e são de inteira responsabilidade desses.

contato@omomento.org | www.omomento.org

O LEGADO DA MINERAÇÃO DE SAL-GEMA EM MACEIÓ



Foto: Joédson Alves/ Agência Brasil

Por Paulo Nascimento

Desde o ano de 2018 a cidade de Maceió se juntou a um conjunto de outras localidades brasileiras vitimadas por atividades de mineração. Na sequência dos crimes socioambientais cometidos pela mineração nas cidades de Mariana-MG (2015) e Brumadinho-MG (2019), Maceió também sofreria os efeitos da exploração mineralógica decorrente de mais de 40 anos de extração de sal-gema, minério utilizado na fabricação de resinas plásticas e cloro-soda.

No centro de tudo isso está a Braskem, quarta maior empresa desse ramo no mundo e líder na América Latina. De acordo com o geofísico Abel Galindo, da Universidade Federal de Alagoas, estaríamos nos referindo ao maior crime socioambiental em curso em área urbana no mundo. Os números estimados até o momento apontam para 60 mil pessoas diretamente atingidas, posteriormente removidas de forma compulsória dos bairros Pinheiro, Bom Parto, Mutange, Bebedouro e parte do bairro Farol.

Desde sua implantação na orla sul maceioense no ano de 1976, a Braskem tem sido responsável pela administração de 35 minas para a extração de sal-gema. Esses poços de extração mineralógica situam-se numa área urbana de cerca de 300 hectares, contíguos à Lagoa Mundaú, e marcados pela presença de bairros periféricos em sua maioria, alguns deles hospedando atividades tradicionais ligadas à pesca e à mariscagem do sururu, prato tradicional da culinária alagoana.

Vale salientar que a despeito dos impactos diretos sobre as populações residentes nos bairros

atingidos, o crime socioambiental em questão tem produzido um conjunto de efeitos deletérios sobre toda capital Maceió, com incidências sobre a mobilidade urbana, sobre o setor imobiliário, sobre a segurança pública e sobre a saúde coletiva. Desde a irrupção desses acontecimentos no ano de 2018, por exemplo, contam-se 14 mortes por suicídio entre as vítimas da Braskem residentes nas áreas afetadas.

Fatos dessa natureza decorrem do profundo clima de injustiça verificado nas negociações entre a Braskem e as populações atingidas. Em 2019, em decorrência do laudo do Serviço Geológico Brasileiro que ratificou a relação causal entre a extração de sal-gema e o afundamento do solo dos bairros em questão, foi firmado um "acordo de cooperação" entre a mineradora, os Ministérios Públicos estadual e federal, a Defesa Civil e a prefeitura de Maceió, relacionado a um conjunto de medidas compensatórias a serem assumidas pela Braskem em face dos prejuízos ocasionados por este episódio.

O protagonismo dado à Braskem na formação das cláusulas de tal "acordo" e o sentimento de impunidade têm se refletido em grande indignação social, proporcionando o surgimento de importantes articulações como o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB).

Desde o início desses eventos a Braskem segue investindo fortemente na produção de percepções sociais que lhe sejam favoráveis, e que ratifiquem seu "compromisso histórico com o estado de Alagoas" e seu perfil de "compro-



misso com os ideais de sustentabilidade". Esses investimentos têm se traduzido no uso cotidiano dos grandes veículos de imprensa local como um espaço de difusão da narrativa da Braskem, que pode ser resumida em dois grandes motes: (1) a desresponsabilização pelos acontecimentos, e (2) a afirmação de seu lugar de "parceira" junto ao estado e às comunidades atingidas pelo "fenômeno geológico".

Nas últimas semanas essas convulsões passaram a ter um alcance maior na mídia nacional, em função das apreensões em torno da mina 18, onde se verificou uma possibilidade de colapso. Apesar do tratamento de espetáculo dado pela mídia hegemônica a esse último episódio, o mesmo tem servido para ampliar o conhecimento desse crime em nível nacional e internacional, ensejando inclusive a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional – a já apelidada CPI da Braskem.

Como todos os crimes socioambientais cometidos por mineradoras, o que se tem passado em Maceió certamente não poderá ser remediado em todas as suas dimensões. Mesmo porque é praticamente impossível estimar a extensão dos impactos causados nos âmbitos da saúde coletiva, da mobilidade urbana, da segurança pública, das questões trabalhistas e imobiliárias. Junto a essas dimensões soma-se a indignação pela destruição das redes comunitárias, das memórias e dos afetos relacionados ao direito de ocupar um espaço e ali construir uma história. É como indagam as comunidades: "Braskem, quanto vale o sal de nossas lágrimas?"

Mas a despeito dessa dimensão de irreparabilidade, há um clamor por justiça em Maceió, ainda que seja com o indiciamento criminal dos responsáveis, coisa que passa a ser cogitada seis anos após o início desses tormentos. Numa terra acostumada com as imposições nada populares do poder político-econômico como é Alagoas, essa vitória não deve ter seu valor subestimado.

A DISPUTA PELO ESSEQUIBO



Por Guilherme Corona

No dia 03 de dezembro, foi realizado um referendo na Venezuela sobre a disputa entre a Venezuela e a Guiana sobre a região de Essequibo.

O Essequibo é um território administrado pela Guiana, compondo mais de 70% do seu território atual, e reivindicado pela Venezuela. Ela se situa no limite leste da Venezuela, e faz fronteira com o estado brasileiro de Roraima. Mais recentemente, campos de petróleo foram descobertos no território marinho da região e têm sido explorados pela empresa estadunidense Exxon Mobil.

Essa disputa territorial remonta ao tempo das colônias espanholas na América, vez que o Essequibo pertencia à Capitania-Geral da Venezuela, unidade administrativa do Império Espanhol na América do Sul. Na época, o Império Britânico ocupou a região, no domínio da Guiana Britânica, e se recusou a devolver o território depois da independência venezuelana, se recusando a avançar num acordo diplomático.

A questão seguiu sem resolução por todo o século XX, mesmo que a disputa tivesse diminuído de tom e temperatura, até que a descoberta de campos de petróleo e a cessão deles para o capital estadunidense acendesse novamente a

disputa, ainda em 2018. Em 2020, a Guiana reafirmou sua soberania na região e continuou permitindo a exploração da Exxon Mobil no território, inflamando o conflito.

Enquanto isso, o governo do PSUV vem enfrentando uma conjuntura interna cada vez mais dura. Ao mesmo tempo que lida com um boicote dos EUA à sua soberania, aposta nos conchavos com a burguesia venezuelana e internacional (até mesmo com a Chevron, de capital estadunidense) e reforça medidas repressivas contra o movimento sindical e popular combativo do país, rompendo com a concertação com o PCV e fragilizando sua postura frente à classe trabalhadora.

Nesse cenário de desequilíbrio interno, com investidas da direita e do imperialismo para desestabilizar o governo, que se afasta cada vez mais da sua base popular, Maduro aposta na construção de um sentimento chauvinista pela disputa, buscando uma união nacional em torno de uma investida reacionária e antipopular, que não mexe com os privilégios da burguesia.

O escalonamento das tensões entre a Venezuela e a Guiana interessam somente ao imperialismo, que além de en-



contrar justificativas para aumentar sua presença militar, aproveita das brechas para fragmentar a integração sul-americana e continuar apartando o PSUV dos interesses populares e classistas. O povo sul-americano não deve se deixar seduzir pelo chauvinismo, deve reconhecer que a reivindicação da Venezuela é justa, mas se colocar ao lado de uma solução negociada, nos marcos do entendimento entre os governos, de não utilização da força.

Da mesma forma, devemos rechaçar firmemente a presença estadunidense na região, que além de sugar os recursos da América do Sul, pela atuação da Exxon Mobil e Chevron, também atua para inflamar os conflitos e desestabilizar a paz regional, articulando exercícios militares na Guiana e ansiando para estabelecer bases militares na região.

É então urgente conchamar as classes populares da América do Sul em torno de uma agenda comum: 1) rechaçar de todas as formas a presença estadunidense na região, seja em dólares ou armas; 2) defender a manutenção das liberdades democráticas em ambos os países, denunciando os abusos do Estado burguês; e 3) retomar as conversas por uma solução justa e negociada para a disputa, pelos interesses do povo e não pelos ditos do capital.

ÉDISON CARNEIRO (1912-1972)

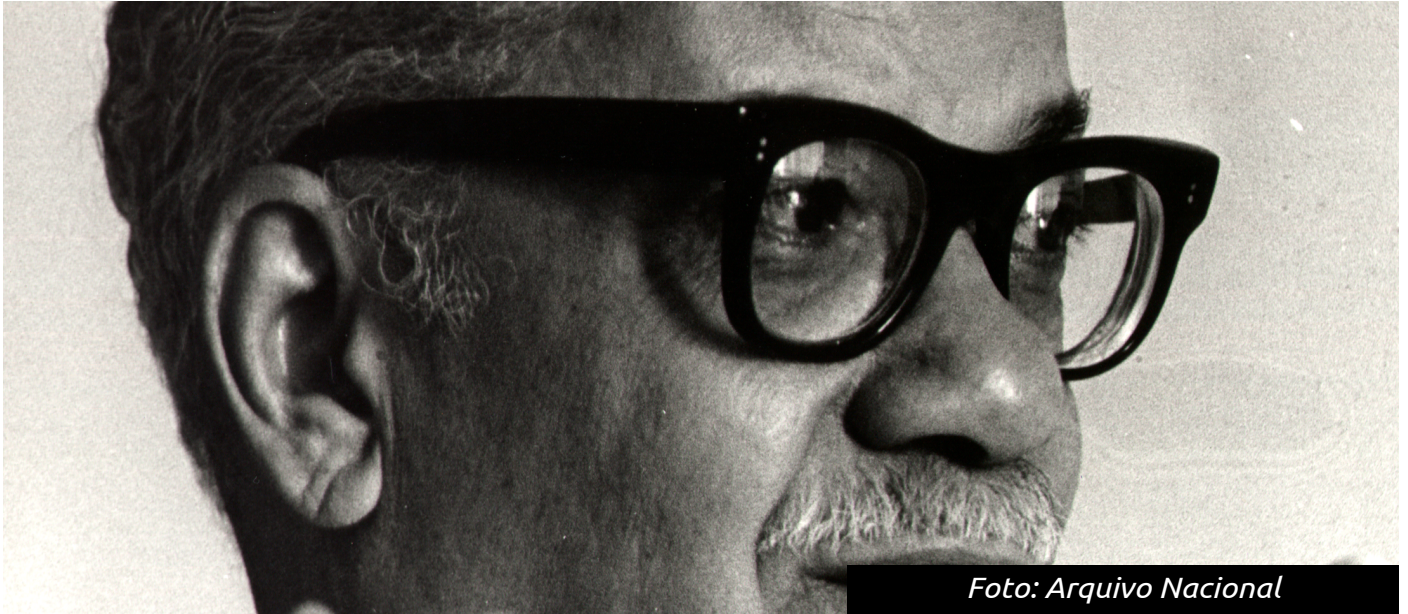


Foto: Arquivo Nacional

Por Gonçalo Alves

Édison Carneiro nasceu em Salvador (BA), no dia 12 de agosto de 1912 e faleceu no Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1972. Ao longo de pouco mais de seis décadas de existência, exerceu múltiplos papéis: advogado; escritor e jornalista; historiador; antropólogo e etnólogo; musicólogo e pesquisador do samba e militante do Partido Comunista Brasileiro.

Sua participação na vida cultural baiana se iniciou em 1930, quando, junto a outros jovens intelectuais inconformistas residentes na capital do estado, como Jorge Amado, Gilberto Dias Gomes, Aydano do Couto Ferraz e Clóvis Amorim (a chamada "Academia dos Rebeldes"), participou da edição das revistas culturais **Meridiano** (1929) e **O Momento** (1931-1932). Formado em Direito pela então Universidade da Bahia, pouco atuou na advocacia, redirecionando brevemente suas atividades para o jornalismo, que desempenhou até sua ida para o Rio de Janeiro, em 1938.

Em sua atuação como repórter do jornal **O Estado da Bahia**, cobriu aquilo que ficou conhecido na época como o "Levante Comunista do Posto Indígena de Ilhéus", ocorrido nos primeiros meses de 1936. O acontecimento consistiu em uma mobilização da população indígena naquela localidade, ao sul do estado da Bahia, em defesa de suas terras contra as invasões de latifundiários e grileiros, os quais ambicionavam incorporar estes territórios às fazendas cacauceiras da região, que vinham experimentando um grande incremento na produção, visando os mercados interno e externo.

A organização daquela luta de resistência contou efetivamente com a participação de militantes do PCB,

fato que levou os proprietários de terras locais e setores da imprensa reacionária retratá-la como o resultado puro e simples da "infiltração comunista" na região, ativando sentimentos de pânico e anticomunismo em um país ainda sob o cutelo institucional da Lei de Segurança Nacional, vigente desde março do ano anterior, e em uma atmosfera opressiva ulterior à insurreição nacional libertadora de novembro de 1935. Édison Carneiro entrou em rota de colisão com os proprietários das fazendas de cacau e autoridades locais ao publicar que o principal motivo das ações indígenas era a defesa de suas terras contra a ofensiva dos cacauicultores e por isto foi forçado a sair da região.

Édison Carneiro, em seu retorno a Salvador, continuou incomodando as forças conservadoras e autoridades, quando denunciou e criticou as operações de repressão policial contra os locais de culto das religiões de matriz africana da capital e cidades do recôncavo baiano, iniciando ali a construção de sua reputação como um dos mais autorizados estudiosos deste fenômeno religioso. A Bahia era então governada pelo militar cearense Juracy Magalhães, que após desembarcar no estado como interventor Federal depois da chamada Revolução de 1930, foi eleito governador nas eleições de 1933. O mesmo Juracy Magalhães que ordenara o encarceramento do então jovem estudante de engenharia Carlos Marighella, estendeu seu braço repressivo na direção de Édison Carneiro, obrigando-o à semi clandestinidade vivida sob o acolhimento das lideranças do culto-afro-brasileiro dos subúrbios de Salvador. Foi nesta condição que participou da organização do II Congresso Afro-Brasileiro, realizado na capital baiana



em 1937.

Édison Carneiro X Gilberto Freyre

O I Congresso Afro-Brasileiro aconteceu em Recife (PE), no ano de 1934 e teve no escritor pernambucano Gilberto Freyre o seu principal expoente. Realizado um ano após a publicação de **Casa Grande & Senzala**, o enclave recifense fora marcado pela influência preponderante das elaborações freyreanas, que inspirariam, nos anos vindouros, as teses sobre a “democracia racial” e o “lusotropicalismo”.

Para o II Congresso, Édison Carneiro incumbiu-se da tarefa de contrapor às formulações culturalistas, de difuso viés apologético, das concepções de Freyre uma abordagem distinta da problemática do negro no Brasil: ele situou a questão do negro no núcleo da problemática sócio racial brasileira.

Evitou, por motivos óbvios, a utilização ostensiva de um vocabulário de tradição marxista, mas buscou estabelecer os nexos estruturais entre a discriminação e desvalorização da contribuição cultural do povo negro à cultura brasileira às situações de exploração e opressão de “raça” e classe a que vinha sendo submetido ao longo de toda a história do país. Porém, não se limitou a isto. Rompendo liminarmente com as posturas professorais e elitistas dos estudiosos da cultura afro-brasileira até então, o comunista Édison Carneiro aproveitou a ocorrência do enclave para, de forma militante, criar a União de Seitas Afro-Brasileiras, a primeira entidade fundada no Brasil com a finalidade de proteger e apoiar as religiões de matriz africana.

Com o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, intensificou-se a repressão aos comunistas não apenas na Bahia, mas em todo o território brasileiro. Mesmo com a saída de Juracy Magalhães, seu desafeto, do governo baiano, deterioraram-se as condições para a permanência de Edison Carneiro em sua terra natal. Ele seguiu para a então capital da república, em 1938, onde era menos conhecido, e permaneceu em terras cariocas até o final de seus dias.

Estudos pioneiros, militância cultural e antecipação do nacional-popular

Nas décadas em que viveu no Rio de Janeiro, Carneiro teve a oportunidade de aprofundar e adensar suas investigações sobre aspectos fundamentais da cultura brasileira e continuar sua militância política e cultural. Estas atividades se respaldavam em sua vinculação acadêmica e profissional a órgãos oficiais de gestão da política cultural, em seu pertencimento à comunidade

religiosa afro-brasileira, nas conexões que estabeleceu com o mundo do samba e em sua atuação como militante do setor cultural do PCB. Os elementos que estiveram no foco de suas atenções podem ser discriminados da seguinte maneira;

a) A continuação do estudo das religiões afro-brasileiras iniciado na Bahia.

b) As pesquisas acerca de manifestações da cultura popular em diversos estados e regiões do país, nomeadamente o samba, a capoeira e outras tradições culturais.

c) A resistência negra e outras lutas travadas pelos setores populares na história do Brasil.

Em cada um destes campos de estudo, Édison Carneiro atuou como intelectual criador, crítico e dialético, posicionando-se de forma alternativa e militante às concepções elitistas, conservadoras e equivocadas com as quais se deparou.

Ao desenvolver seus estudos sobre as religiões de matriz africanas, necessitou superar limitações e pré-conceitos. As limitações diziam respeito à forte influência exercida pela obra de Nina Rodrigues, médico maranhense radicado na Bahia na virada do século XX, que fora o iniciador daqueles estudos no Brasil. Sem poder desafiar abertamente as formulações de Rodrigues, conformadas por elaborações racistas e deterministas e apoiadas na psicologia social de Gustave Le Bon e na Psicologia Criminal de Cesare Lombroso, Carneiro fez tabula rasa das caracterizações reducionistas da cultura e das religiões africanas e afro-brasileiras contidas na obra de Nina Rodrigues, ressaltando o caráter complexo, elaborado e sofisticado daquelas tradições religiosas.

Precisou contornar também os enraizados pré-conceitos, amplamente disseminados entre os estudiosos da temática na época, em relação aos métodos e categorias da dialética materialista. Para tanto, além de evitar o uso ostensivo do conceitual marxista, como já citado, procurou apoiar seus estudos no maior volume possível de evidências empíricas em diálogo frequente com as investigações mais consagradas.

Seus escritos sobre a cultura popular em suas mais variadas expressões fizeram de Carneiro uma referência incontornável dos estudos acerca do folclore brasileiro. Contemporâneo de outros investigadores renomados como Câmara Cascudo e Mário de Andrade, distinguiu-se do primeiro pela abrangência nacional de suas pesquisas e do segundo pela diversidade das manifestações culturais abordadas, para além do âmbito musical. A acuidade do seu olhar sobre as matrizes populares da cultura brasileira fez da obra de Carneiro um elemento precursor da perspectiva nacional-popular desta cultura, que conheceria na virada dos anos 1960

sua realização artística mais efetiva.

Os trabalhos de Édison Carneiro com foco nas lutas de resistência negra e popular na história do Brasil se destacam pelo pioneirismo e engajamento. Foi, talvez, o primeiro autor a resgatar positivamente a experiência do Quilombo de Palmares, destacando seu caráter antiescravista, anticolonialista e emancipador, reconhecendo-o como a primeira forma de luta solidamente organizada deste tipo no Brasil e nas Américas. Suas investigações acerca dos processos de resistência popular na formação da sociedade brasileira encontram continuidade nos livros sobre a Revolução Praieira e sobre Castro Alves. Nestas obras, sem incorrer em extrapolações e anacronismos, Carneiro recupera as causas históricas da não realização, no Brasil, de uma revolução democrático burguesa. O elitismo das classes dominantes, as vacilações das lideranças, o simples desconhecimento objetivo das condições que pretendiam transformar e dos setores sociais que se propunham a conduzir aparecem como fatores elucidativos dos fracassos registrados. Do reconhecimento daqueles insucessos, Carneiro, sem afirmá-lo expressamente, sugere a atualidade, em plena segunda metade do século XX, da realização no Brasil de uma revolução nacional e democrática, anti-imperialista e antilatifundiária em concordância com o programa defendido pelo PCB naquele momento.

Conclusão

Édison Carneiro foi, ao lado de outros comunistas negros como Minervino de Oliveira, Solano Trindade, Claudino José da Silva, Clóvis Moura e Carlos Mari-gHELLA, personagem de uma longa luta contra o racismo, a exploração capitalista e a dominação imperialista em nosso país. Tendo vivido a experiência da opressão racial e da luta de classes, pensaram, formularam e combateram pela emancipação do povo negro, da classe operária e do povo brasileiro de formas articuladas e dinâmicas. Confrontando os preconceitos, resgatando a trajetória das lutas populares, convocando o povo negro para a organização e a mobilização, construíram um patrimônio histórico inestimável: a abordagem comunista do enfrentamento da questão racial no Brasil. Nesta construção o nome de Édison Carneiro aparece ocupando uma posição de destaque.

Referências Bibliográficas

Religiões negras: notas de etnografia religiosa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. 188 p.

Castro Alves: ensaio de compreensão. Rio de Ja-

neiro: José Olympio, 1937.

Negros bantus: notas de etnografia religiosa e de folk-lore. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. 187 p.

O Negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

O quilombo dos palmares, 1630-1695. São Paulo: Brasiliense, 1947. 246 p

O negro em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1956. 18 p.

A conquista da Amazônia. [Rio de Janeiro]: Ministério da Viação e Obras Públicas. Serviço de Documentação, 1956. 114 p.

A Cidade do Salvador (1549): uma reconstituição histórica; A conquista da Amazônia . 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 284 p.

Decimalia: Os cultos de origem africana no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1959. 20 p.

A sabedoria popular. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957. 230 p.

A insurreição praieira, 1848-49. Rio de Janeiro: Conquista, 1960. 253 p.

CAMPANHA DE DEFESA DO FOLCLORE BRASILEIRO. **Samba de umbigada.** [Rio de Janeiro]: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1961. 81 p.

Ladinos e Crioulos: Estudos Sobre o Negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964. 240 p.

Dinâmica do folclore. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 186 p.

80 anos de abolição. Rio de Janeiro: Cadernos Brasileiros, 1968. 127 p.

Les Cultes d'origine africain au Brésil. Rio de Janeiro: MEC, 1959.

Folgedos tradicionais. Rio de Janeiro: Conquista, 1974. 212 p.

Capoeira. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1975. 23 p.

Ursa maior. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Afro-Orientais, 1980. 96 p.

Coautoria

CARNEIRO, Édison; OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da C. (Org.). Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938. São Paulo: Corrupio, 1987.

QUEM TEM MEDO DA CLASSE TRABALHADORA?



Foto: Operários, de Tarsila do Amaral

Por Cristiano Ferraz

No presente texto, dialogaremos indiretamente com a contribuição de Nicos Poulantzas (em particular na obra Poder Político e Classes Sociais) para pensar a constituição das trabalhadoras e trabalhadores em classe. Para isto nos valeremos do conceito de luta política como elemento constitutivo da luta de classes como motor da história e como luta pelo poder de Estado e destruição do Estado burguês.

Uma pergunta cara ao movimento comunista é, a saber, o que faz a classe trabalhadora se mobilizar. Muitas respostas foram dadas a esta questão: as contradições entre capital e trabalho, as contradições entre forças produtivas e relações de produção, o conflito potencial entre proprietários e não proprietários de meios de produção: Isto faz a classe surgir e se mobilizar. No entanto, no modo de produção capitalista estes elementos são uma constante e, mesmo assim, os processos de constituição da classe, com foco na conquista do poder político, não são episódios constantes. Recortando o problema à realidade brasileira, nos perguntamos por que, na conjuntura atual, os trabalhadores e trabalhadoras não se levantaram como classe em luta. Motivos para isso não faltam, não é verdade? Afinal de contas vivem em condição de exploração da sua força de trabalho, sofrem um processo intenso de precarização das condições de trabalho e de retirada de direitos. Mas, embora ocorram muitas greves e mobilizações com pautas econômicas por que

esse setor social não se levanta em luta política contra quem promove suas mazelas?

Ao longo do Século XX, principalmente no II Pós Guerra, havia uma forte tendência entre os marxistas de atribuir o papel decisivo das contradições estruturais ao conflito entre capital e trabalho que, ao produzir a proletarianização crescente de todos e todas que precisavam vender sua força de trabalho para sobreviver, nas condições mais diversas e heterogêneas, formariam uma classe operária ampliada que, fatalmente, desenvolveria a ação política necessária à conquista do poder político. Mas, isso não ocorreu como se imaginava. Até porque os trabalhadores e trabalhadoras sempre se depararam com uma poderosa adversária que sempre manteve a unidade em torno de seus interesses fundamentais contra os interesses das trabalhadoras e trabalhadores e que, sempre sabotou o processo de constituição do operariado em classe. Essa adversária é a burguesia constituída em classe social. Mas as trabalhadoras e trabalhadores também não são uma classe social? Não necessariamente. Aqui, a polêmica entra na sala pela porta da frente. Se esquivar deste problema fundamental, em nome de posições doutrinárias e sectárias, não nos ajudará a avançar no entendimento da pergunta principal que abre este texto. Para avançar, precisamos em primeiro lugar remover um obstáculo teórico incompatível como marxismo: o economicismo, cuja origem é um contrabando idealista que afeta certas cor-

rentes do marxismo. É preciso então recuperar um dos princípios fundamentais defendidos por Marx e Engels: o entendimento de que os processos históricos são fruto de múltiplas determinações. É conhecida a defesa que o velho Engels faz desta posição na célebre Carta a Joseph Bloch, de 1890. Ou seja, a organização social da produção material da existência é um processo com múltiplas determinações. Se é assim para processos históricos em geral, por que não haveria de ser para a dinâmica das classes sociais?

A organização da produção econômica e os lugares dos agentes neste processo condicionam a determinação de classe e a sua existência como possibilidade. Mas é na esfera da política como elemento central na teoria marxista, como instância que possibilita as transformações sociais, ou seja, que possibilita a luta política de classes como motor da história, é nessa instância que reside o elemento central do processo de constituição das classes sociais e, em última instância, da luta de classes entendida como luta política pelo poder de Estado e pela destruição do Estado burguês, ou seja, em outros termos, a luta de classes como motor da história. Sem a ação política decorrente de certa situação de classe, a determinação econômica como condicionante no processo de constituição da classe se torna uma abstração vazia. Portanto, no exame da situação das trabalhadoras e trabalhadores, é preciso considerar como determinação condicionante o lugar que lhes foi relegado dentro da estrutura social de produção e reprodução do capital, que lhes amarra a possibilidade concreta de vivenciar a experiência da exploração, além da relação potencialmente conflituosa entre capital/trabalho. Esse conjunto de elementos constitui a sua determinação condicionante principal de classe, mas, não garante a sua constituição em classe social, embora possa ser o prelúdio desse processo. Se a determinação principal, que se impõe em última instância como necessidade, não é suficiente para estabelecer os contornos da classe, nem necessariamente garantem uma ação coletiva motivada por interesses fundamentais de classe, que revertam sua condição de agente explorado, é preciso lançar luz sobre os aspectos que atuam sobre a determinação principal. Esses outros aspectos podem contribuir para explicar melhor ou a existência da classe ou o processo de constituição do operariado em classe. De um modo geral, sobre a determinação principal, atuam elementos sobre-determinantes decisivos, como por exemplo, a política, a cultura, as ideologias e o modo de vida, todas relacionadas à sua especificidade histórica dentro do contexto social que determinados segmentos operários se

encontram.

Voltemos agora à questão que abre nosso texto: quem tem medo da classe trabalhadora? Quem tem medo da ação política integrada à constituição das trabalhadoras e trabalhadores como classe social? Em última instância, quem tem medo desse processo é a burguesia organizada em classe, que transformou o Estado à sua imagem e semelhança justamente para garantir um processo contínuo de desorganização das trabalhadoras e trabalhadores como classe social. Por fim, com base no exercício feito até aqui, cabe uma última reflexão sobre a conjuntura brasileira. Sem espaço para estabelecer aqui as mediações necessárias com a lógica apresentada até aqui, a reflexão pode aparecer como um raio em céu azul, mas não posso evitá-la... Vejamos: Por que o Partido dos Trabalhadores (PT) não opera politicamente para organizar a classe trabalhadora no Brasil frente às dificuldades que enfrenta (relações com o congresso e com determinadas frações da burguesia)? Por que o Governo Lula III e seu bloco de apoio continuam investir na conciliação de classes como estratégia de governabilidade? Por que o Governo Lula III e seu bloco de apoio não usam o poder que lhe foi conferido pelas urnas para apontar rupturas necessárias? Só visualizamos uma resposta: porque atualmente que têm medo das trabalhadoras e trabalhadores constituídos em classe; porque atualmente operam politicamente contra os interesses fundamentais deste grupo social; porque, em última instância, apesar dos conflitos internos existentes no bloco no poder, tendem a atuar como operadores políticos da burguesia. Urge, portanto, reconfigurar o campo classista no Brasil. É preciso um espaço e um momento para pensar e discutir coletivamente com as forças revolucionárias no país um arco de alianças com tática e estratégia minimamente unificados em direção à luta política revolucionária pelo poder de Estado. Sem isto será praticamente impossível o processo de constituição das trabalhadoras e trabalhadores em classe social em luta.

QUANDO A MEDICINA E A PSICOLOGIA ENTRAM NA ESCOLA



Foto: Pensar Bem Viver Bem

Por Rômulo Caires

Outro dia, conversava com um amigo sobre a atual explosão de diagnósticos psiquiátricos e psicológicos e como esse fenômeno tem influenciado e interferido na dinâmica da vida escolar. Aos olhos de meu interlocutor, a entrada em cena do diagnóstico parecia um avanço. Ele lembrava de seus tempos de escola, dos colegas que não eram lá “muito normais” e que poderiam se beneficiar dos “avanços” ocorridos na área da saúde.

Uma boa lembrança que poderíamos trazer ao meu amigo é que a Medicina e a Psicologia não começaram a participar da vida escolar apenas recentemente. Na realidade, essa relação é um pouco mais antiga e data principalmente da virada do século XIX ao século XX. Nesse período era grande a tentação naturalista de chamar de doença todo processo que não seguisse um certo rumo dentro da ordem, toda transformação que não aparecesse como orgânica e linear. Poderiam então ser classificados de doentes todos aqueles que não eram “bem nascidos”.

Eram chamados de doença, por exemplo, os grandes movimentos de massa que assombavam o mundo das classes proprietárias, seja a Revolução Haitiana, seja os levantes da classe trabalhadora em solo europeu. Um famoso psicólogo francês, o Gustave Le Bon, escrevia sobre as predisposições insanas das lutas coletivas organizadas. Outro francês, o Alfred Binet, inventava testes para medir a inteligência e poder separar os “naturalmente dotados” daqueles que não poderiam ter uma “carreira aberta ao talento”.

Não é outro o chão histórico em que aparece o conhecido psiquiatra italiano, Cesare Lombroso, o qual buscava estabelecer “cientificamente” os estigmas que predisporiam ao crime. Em Turim, cidade do norte italiano industrializado,

avistava os habitantes do Sul, pobre e agrário, enquanto povos inferiores e dotado das características mais “bárbaras”. Cunhou o conceito de atavismo para apontar uma boa dose de “animalidade” que existiria nesses “criminosos congêntos” e que poderia vir à tona em qualquer momento.

Do outro lado do mundo, os psicólogos norte-americanos viraram o século em busca de ampliar o escopo das pesquisas e experimentações de Binet. Foi principalmente nessa sociedade que floresceu abundantemente os instrumentos de “psicometria”, os testes psicológicos para mensurar de forma quantitativa determinados caracteres, aptidões e comportamentos. No momento em que os países centrais solidificavam os seus sistemas nacionais de ensino, crescia a influência da psicologia, da criminologia, da psiquiatria e dos demais ramos da medicina nos rumos do pensamento e da prática pedagógica.

Tais elementos chegam em um país como o Brasil enquanto verdadeiras panaceias que supririam o atraso em relação aos países mais desenvolvidos e também auxiliariam na regeneração e constituição moral de seu povo. Vem também da psiquiatria a ideia de “degeneração”, qualificativo muito utilizado para caracterizar os traços raciais que seriam responsáveis pela incivilidade do povo brasileiro. As teorias geradas no auge do racismo científico aportavam em terras brasileiras com o intuito de resolver nossos múltiplos problemas, inclusive nosso grande “dilema” pedagógico.

O Brasil, na mesma virada do século XIX ao XX, padecia de enormes taxas de analfabetismo. Foi um médico, o Miguel Couto, que chamou tal situação de verdadeira “doença” do povo brasileiro. Os primeiros médicos sanitaristas, subindo no ombro das observações de Euclides da Cunha, denuncia-

vam as mazelas dos sertões brasileiros. Monteiro Lobato, outro importante escritor da época, já tinha criado sua figura do Jeca Tatu. Se antes de conhecer o trabalho dos médicos sanitaristas, ele já achava que o problema do Jeca era a falta de terra própria, a uma certa altura diz que o mesmo sofria, na verdade, de lombrigas. Dos escritos de Monteiro Lobato, sairá a aliança entre o Jeca Tatu e o Biotônico Fontoura, medicamento destinado a tratar os males do personagem. Foram produzidos mais de 30 milhões de exemplares do livro que propõe tal correlação, escritos os quais foram absorvidos por inúmeras famílias interessadas no bom desenvolvimento de seus filhos.

É interessante observar esse desnível entre a pretensão de importar o que há de mais “científico” na produção europeia e a dura realidade brasileira, advinda de longo passado colonial e escravocrata. Se o país possuía níveis alarmantes de analfabetismo, se seu povo era tão mal constituído, a Medicina e a Psicologia trariam os verdadeiros remédios. Não à toa, o primeiro ministério da Educação, no governo Vargas, foi também ministério da Saúde. Saúde e Educação vinham junto nos primeiros passos da formação do Estado burguês no Brasil. Não se falava em reforma agrária, não se discutia as raízes verdadeiras do “atraso” brasileiro, sequer se buscava compreender profundamente a estrutura nacional de ensino, mas jogava-se na dita ciência neutra todas as esperanças de regeneração nacional.

Findado os dias do racismo científico mais escrachado com a vitória sobre a besta nazifascista, a relação entre saúde e escolarização tomou novo rumo. A psicologia continuou postulada como guia máximo da prática pedagógica pelos principais nomes da “Escola Nova”, amplo processo de renovação da Educação Brasileira. Essa psicologia, entretanto, já não era mais a mesma do período anterior. Entrava em cena os motivos ambientais, as chamadas “deficiências culturais”, os “móveis inconscientes”, mas o que se manteve e será a tônica constante até os dias atuais é a ideia de que a saúde vem para sanar o que há de falho na Educação.

Com a produção do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) essa ideia se cristalizou com maior força. De sua primeira versão até a versão mais recente (DSM 5) já foram incluídos mais de 300 novos diagnósticos. Os que mais chegaram às escolas foram os diagnósticos de dislexia e mais atualmente o de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Dificilmente alguma pessoa passa pela escola hoje sem ao menos ouvir falar dessa entidade psiquiátrica. Mais do que ouvir falar, muitas crianças são diagnosticadas com TDAH e fazem uso da medicação Ritalina, nome comercial do metilfenidato, o qual a venda atinge cifras alarmantes no Brasil.

Se nas escolas particulares e entre aqueles com melhores condições materiais o diagnóstico pode servir a práticas pedagógicas mais individualizantes, não podemos dizer que a experiência nas escolas públicas é a mesma. Observar essa diferença joga luz na própria dinâmica e estrutura do fenômeno da medicalização da educação, ou seja, a transposição

de problemas educacionais para a gramática da medicina e da saúde, transformando problemas inseridos na totalidade social em questões médicas. A medicalização não se resume à maior venda de medicamentos ou sequer maior oferta de serviços médicos e psicológicos. A medicalização opera com a criação de um determinado campo de “normalidade” que passa a direcionar as ações políticas, mais especificamente as ações de saúde.

No mundo do capital, no qual há vigência de uma brutal divisão social e racial do trabalho, a escola pode ser e tem sido, na maioria dos contextos, veículo de reprodução da ideologia da sociedade burguesa. Em países periféricos, nos quais parte da população sequer terá acesso ao mundo do emprego formal, parte dessa função da escola sempre esteve deslocada em relação aos modelos europeus. Estudando a história brasileira, vemos como a necessidade de controle desses segmentos “excluídos” passou muito pela imposição de campos de normalidade produzidos pela medicina e pela psicologia, que ao adentrarem o campo jurídico-político, servem de arma de dominação e repressão da burguesia sobre a classe trabalhadora e a população pobre.

Buscar os elementos que predispõem à criminalidade e que atendam ao percurso “natural” de dominação sempre foi uma das funções principais da medicalização da educação no Brasil. Além de dar corpo às medidas do aparato repressor, a medicalização também falseia a real materialidade do chamado “atraso brasileiro”. Ao invés de procurarmos os móveis da situação educacional na estrutura da sociedade de classes brasileiras mediante observação da real situação das escolas brasileira, a medicalização faz parecer que é apenas um problema sanitário o que é muito mais um problema econômico-político, que só pode ser resolvido pela transformação da totalidade social a partir das mediações do poder político.

Voltando aos questionamentos que iniciaram nosso texto, poderíamos agora, com mais contundência, dizer que a atual explosão de diagnósticos médicos e psicológicos nas escolas não parecem representar qualquer espécie de avanço na perspectiva emancipatória. Principalmente nas escolas públicas, os diagnósticos têm servido como produtores de estigmas e armas de exclusão. O diagnosticado faz parte de uma espécie de profecia autorrealizada, na qual o diagnóstico médico serve para justificar o fracasso escolar planejado pelas classes dominantes brasileiras.

Mais do que produzir diagnósticos de saúde, que podem ser úteis em situações clínicas específicas, as verdadeiras forças emancipatórias devem se preocupar com as especificidades da escola. O que faz uma boa escola são bons psicólogos e bons médicos? Não seria essa explicação justamente o sepultamento da especificidade da escola? Se nos basearmos na história brasileira, no mínimo deveríamos duvidar dessa aliança que já uniu eugenistas e higienistas e muitos dos considerados patronos da educação brasileira.

ILHA DE MARÉ: DOS POSSEIROS AOS GRILHEIROS - O QUE FAZ O ESTADO?



Foto: Brasil de Fato

Por Cheyenne Ayalla

Durante os dias 2 a 6 de outubro ocorreu a Missão coordenada diretamente pelo Governo Federal, na qual uma equipe de advogados, defensores de direitos humanos, promotores, e agentes da segurança pública visitaram alguns quilombos, terras ribeirinhas e áreas tradicionais em Salvador e arredores. Essa missão, que teve seu estopim bastante triste e perturbador, ocorreu devido ao assassinado de Maria Bernadete Pacífico, mais conhecida como Mãe Bernadete, uma ialorixá, ativista e líder quilombola brasileira. Ela era coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos e líder do Quilombo Pitanga, em Simões Filho.

Nisso ficou visível a vulnerabilidade e insegurança que esses povos vivem, sobretudo, devido ao avanço do agronegócio. Os líderes quilombolas, tradicionais, indígenas e ribeirinhos, mesmo estando no Programa Proteção, como foi o caso de Mãe Bernadete, vivem na incerteza de que suas vidas serão preservadas. Um desses casos em que a instabilidade e as ameaças se voltam a comunidade é na Ilha de Maré, mais especificamente, na comunidade de Bananeiras onde há diversas barreiras para esses povos, que em sua imensa maioria vivem da subsistência por meio do marisco e da pesca e são constantemente assolados pela contaminação dos seus mangues, especulação imobiliária e de grileiros e posseiros a mando do capi-

tal. Tais barreiras se constituem, dentre outros fatores, pelo fato de sua luta por sobrevivência estar ligada diretamente a defender a fauna e flora, assim como a preservação do território interferir no maior bem do capitalismo: a Propriedade Privada. Negligenciada e invisibilizada pela Prefeitura de Salvador, a comunidade vive na marginalidade dos recursos mínimos de sobrevivência como acesso a saneamento básico e saúde. Nesse entendimento de uso-território há uma articulação entre a comunidade e o grupo de pesquisa da Universidade Federal da Bahia - Geografar - a qual com os fomentos da Pesquisa de Extensão se produz a medição exigida pelo Incra de território que deve ser demarcado.

A princípio, os órgãos devem estar a par dos direitos e deveres do cidadão e os dois mais citados e criticados devido a inércia diante da situação permeiam duas esferas: federal e estadual. Na primeira, o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que tem como objetivo central realizar a reforma agrária, garantida constitucionalmente, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. No entanto, sua função, como todo e qualquer pasta advinda do estado burguês, é colocar-se como uma entidade que arrefece a luta de classes bem como possui rotinas permeadas pelas burocracias e imensidão de processos, não só

não cumprindo seu intuito como também mantendo esse imobilismo. Na segunda, o INEMA, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos que se encontra em modus operandi ainda mais reacionário que o primeiro, e, quando não autoriza, faz vistas grossas diante da degradação e destruição da fauna e flora.

Embora desde 2017 exista um plano piloto de rearticulação territorial com o intuito de dirimir impactos ambientais e socioeconômicos na comunidade, nunca foi colocado em prática e assim a ilha da Baía de Todos-Os-Santos cai no esquecimento dentro das gestões da União Brasil. Tanto na visita da Missão à comunidade quanto na audiência do dia 06 de outubro de 2023 na Defensoria Pública em Salvador, o povo relatou todos os ferimentos aos direitos humanos. Durante essa semana, vários relatos e provas cabais demonstraram que a realidade da Comunidade de Bananeiras, do Quilombo de Ipitanga e outros assentamentos eram similares e os principais líderes e defensores do território e de suas tradições vivem sob medo e ameaças. Foi notório, também, não só a negligência, mas a leniência das próprias autoridades públicas. Além das diversas infrações de cunho material e social, há uma infeliz e comum realidade do estado baiano, o abandono da juventude dessa localidade a qual é assolada pelo desemprego, criminalidade e pelo tráfico de drogas. Nisso, a resposta principal do governo estadual petista é o uso truculento da máquina mortífera que é a força repressiva: a polícia militar. Uma juventude a qual carece de uma perspectiva de futuro devido a toda sua realidade material calamitosa, fruto de todo o processo de abandono do poder público. A comunidade com um esforço hercúleo se faz presente para manter essa juventude a par de suas tradições e garantir sua sobrevivência que é constantemente ameaçada pela mão do estado.

Nesse sentido, apesar de existir uma esfera Federal que trata da defesa dos direitos desses povos à luz do Ministério de Estado da Igualdade Racial, dirigido por Aniele Franco, não há interesse em desfazer a conciliação de classes orquestrada pelo governo petista. Dessa maneira, as 3 esferas - municipal, estadual e federal - e as forças repressivas (a polícia) se mantêm como agentes para garantir os interesses da burguesia, portanto, do agronegócio e da especulação imobiliária. Nessa equação, as contradições dentro da social-democracia e seu caráter de atender sempre as classes mais

abastadas traduz o significado de Estado colocado por Lênin, como aquele que nunca atenderá aos interesses dos trabalhadores. Sendo reflexo disso a exploração, o desmatamento, a morte da fauna e flora e o genocídio da população. Desse modo, todo revolucionário deve defender a destruição do Estado Parasita, em outras palavras, do Estado Burguês.

ESPAÇO CULTURAL

FOTOGRAFIA MARGINAL



Foto: Arquivo Municipal de São Félix

Por João Pedro Oliveira

A arte se manifesta das mais diversas formas, fazendo compreender e ver mais nítida, a questão humana e social.

A fotografia, por exemplo, expõe, no traço artístico, o registro daquele lugar e daquela geração. Em Salvador, acontece uma cena fotográfica em que a maioria são jovens e periféricos, mostrando suas formas de ver a cidade com várias roupagens e trazendo modos diferentes de entender a dinâmica da cidade e de seu povo.

Com a vinda dos smartphones, o acesso a câmera se tornou mais democrático e com isso, enquanto instrumento de arte, expandiram-se as possibilidades de fazer e explorar novas formas de registro, expondo outras perspectivas.

Em Salvador, há um movimento artístico no qual a fotografia é o espelho da vivência e da realidade desses artistas. Exploram novas técnicas, causando um experimentalismo quase orgânico dentro das fotos, misturando, muitas vezes, com outras expressões artísticas, como as artes plásticas: pinturas, colagens, "pixos", lambes e exposições abertas. Essa cena se torna "marginal" por que foge dos parâmetros do que é esperado, destacando toda nitidez de registros que a sociedade esconde.

Segue uma lista de alguns fotógrafos que constroem o movimento:

@eentremim

@orinago

@amorimjapa

@harrycria

@kush_

@marinaf.jpg